



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

O discurso monarquista brasileiro na historiografia intelectual: uma possibilidade de conteúdo e forma

Augusto Castanho da Maia Petter¹

Resumo: Este trabalho se dispõe a apresentar inicialmente algumas reflexões teórico-metodológicas para o trabalho do historiador intelectual. Apontando assim, algumas perspectivas que regem tanto a visão do historiador como a metodologia que pode ser por ele empregada no decorrer do seu processo de interpretação, reflexão e escrita da história. Em nosso caso, é utilizado como exemplo, análises de discurso de intelectuais do Brasil finissecular. Destarte, se faz necessário que sejam inspecionados aqui outros trabalhos que versaram sobre a mesma temática, procedendo com eles uma espécie de revisão não apenas bibliográfica, mas teórico-bibliográfica, que já faz parte do próprio processo de análise historiográfica pelo historiador intelectual. Isto resultará na terceira parte deste artigo, onde serão apresentadas perspectivas que foram e podem vir a ser trabalhadas, bem como as lacunas e divergências encontradas na bibliografia anteriormente analisada pela perspectiva teórica manifesta.

Palavras Chave: História Intelectual; Identidade Nacional; Monarquia.

Abstract: This article intend to present some theoretical and methodological reflections for the work of the intellectual historian. Pointing some perspectives that concerns the historian's view and the methodology that can be employed by him on the way of the process of interpretation, reflection and writing of history. In our case it is used as an example: analyzing intellectual discourse end of century in Brazil. Thus, it is necessary to be inspected here other works which also be concerned with the same theme, carrying with them a kind of not a mere literatue review, but theoretical-literary review, which is already part of the historiographical analysis by the intellectual historian. Thus it will result in the third part of this article, which will be presented perspectives that have been and are likely to be worked as well as the gaps and discrepancies found in the literature previously analyzed by the theoretical perspective here manifested.

Keywords: Intellectual History; Nacional Identity; Monarchy.

Considerações teórico-metodológicas

Para compreender efetivamente seu trabalho, o historiador é levado, frequentemente a refletir sobre questões de cunho existencial. No âmago de muitas das questões, está a relação humana com a temporalidade e a atuação do homem no chamado tempo histórico. Concordamos com Reinhart Koselleck, quando entende o ser humano como dotado de sua

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Contato: augusto_petter@hotmail.com.

própria historicidade, imerso em uma temporalidade, projeta a si mesmo na temporalidade.² O historiador alemão invoca com isso, a ideia de *campo de experiência* e de *horizonte de expectativa*, mister para o desenvolvimento da interpretação dos intelectuais em nossa proposta. As expectativas para um futuro são formadas por um passado de experiência, em um certo presente, que para nós já é passado, revelam não só o horizonte dos acontecimentos como eles ocorreram, mas como as possibilidades esperadas pelo sujeito estudado foram capazes de formá-lo, o *futuro passado*.

Estas declarações envolvem questões das mais diversas, por exemplo: a de como se posicionar contra o presente que, para os monarquistas brasileiros de *fin-de-siècle*³, significava um período ilegítimo na história nacional do Brasil. Esta ideia estimulou os discursos destes intelectuais, que dispuseram, entre outros elementos constitutivos para nação brasileira, seus ideais do passado experienciado pela nação e do futuro que estava por vir.

Dentro dos referidos tempos históricos, vemos a possibilidade de convergência com o pensamento de John Pocock, esperando assim, nos encontrar com uma linguagem que sirva como contexto para práticas discursiva, o contexto do próprio texto analisado. A linguagem compreende aqui uma ideia de comunicação por meio da atribuição de significados a significantes – e para além -, mas também diz respeito à sub-linguagens, que podem compreender desde idiomas e retóricas, até maneiras de falar, tom e estilo. Na estrutura destas, constata-se a presença de diferentes paradigmas.

Então o historiador é levado a compreender e “classificar as diferentes maneiras pelas quais a sociedade política pode ordenar a consciência de sua existência no tempo e do tempo como a dimensão de sua existência.”⁴

John Pocock nos fornece um grande suporte para o entendimento e a interpretação da performance discursiva, principalmente para discursos que se originam de articulações

²Tratamos *tempos históricos*, no plural, para representar a ideia de Koselleck, de que O tempo esta ligado as coisas. O tempo histórico, as coisas humanas, as instituições e estruturas, conjunturas e rupturas, famílias, linhagens e gerações. Todos esses tempos históricos, se sobrepõem sobre uns aos outros.

³O conceito de *Fin-de-Siècle* diz respeito as últimas décadas do século XIX e o início do século XX. Esse foi um período em que Ocidente passou por um acúmulo de ideias das mais diversas em quase todas as áreas do pensamento. Para uma maior compreensão do uso do termo neste artigo ver: BAUMER, Franklin L. *Fin-de-Siècle*. In: *Pensamento Europeu Moderno* v II.

⁴Para Pocock, isso pode ser organizado em duas noções dominantes: a da continuidade e a da contingência. A primeira vê a sociedade descrevendo a si própria como sendo uma sociedade que perpetua seus usos e práticas, transmitindo suas diferentes formas de autoridade e, dessa e de outras maneiras, mantendo a sua legitimidade. Continuidade das instituições. A segunda diz respeito a fortuna, como costumava ser chamado: das imprevisíveis contingências e emergências que desafiam a capacidade humana de apreensão e ação e que podem parecer tanto externas quanto internas à estrutura institucional da sociedade. O institucional serve para tentar manter o controle sobre o contingencial. “forças criadoras de tempo – institucionais ou extra-institucionais humanas ou extra-humanas – e se elas agem para perpetuar simples continuidades para perpetuar simples domínios de contingência, ou para criar novos futuros.” (POCOCK, 2003, p. 129).

políticas. No momento em que tenta construir um entendimento para como se fazer uma história do discurso, o autor apresenta uma interpretação que envolve níveis discursivos, de uma chamada História do Discurso – Político no caso de análise de Pocock -, no qual o historiador se dedica a encontrar diálogos compostos pela dialética entre *Parole* e *Langue* nas relações discursivas. Isso significa que o sujeito, o autor ou enunciador do discurso, não ficam reduzidos a simples porta-vozes da linguagem⁵ A compreensão desta ideia possibilita reconhecer, bem como disse Pocock, os “modos de discurso estáveis o suficiente para estar disponíveis ao uso de mais de um locutor e para apresentar o caráter de um jogo definido por uma estrutura de regras para mais de um jogador” (POCOCK, 2003, p. 31). Também, nos ensina o historiador britânico a entender a importância de debruçar-se sobre “a literatura da época e aguçando sua própria sensibilidade e intuição para detectar a presença dos diversos idiomas” que fornecem as possibilidades discursivas e idiomáticas para o período e para os intelectuais estudados (POCOCK, 2003, p. 33). Por exemplo, aqueles que tentaram, por meio de seus discursos, demonstrar que os militares, 1889 cometeram um erro histórico, ao derrubar o regime monárquico de um homem que “assegurou a paz e a tranquilidade durante mais de meio século” (CELSO, 1898. p. 31-32).

Esses tipos discursivos podem aparecer de diferentes modos, estando sujeitos ao contexto de debates fornecidos dentro de uma *langue*, que limita e possibilita a atividade do sujeito que faz sua performance (*parole*), gerando discursos respostas, trélicas e etc.No caso do discurso político, trata-se de um discurso que se serve de uma série de linguagens, de formas de argumentação que provém de diferentes origens. Dessa forma, a linguagem política, é para Pocock, naturalmente ambivalente, consistindo na enunciação de proposições e de “conceitos essencialmente contestados”. Ela é também, polivalente, possuindo diferenças tanto nas suas possibilidades retóricas quando nas práticas. Podemos inferir, que a toda a linguagem refere-se a um discurso carregado de insinuações do passado e, ao mesmo tempo, o discurso político está carregado de necessidades do presente (POCOCK, 2003, p. 33).

Além de seguir os ensinamentos teórico-metodológicos transmitidos por Pocock para se fazer uma história que trata dos discursos, deve ser ressaltada aqui, a importância do trabalho de Dominick Lacapra. Este, em *Rethinking Intellectual History and Reading Texts* (1983), aponta-nos para a função, o “local” e o método adequado para se construir um

⁵Pocock mantém a ideia do “indivíduo” presente na produção de seu pensamento, aceitando esta ideia, aqui, nos opomos a algumas tendências pós-estruturalistas, que acabam por reduzir o papel do sujeito na construção performática de seu próprio discurso, estando condicionado a estruturas semânticas ou linguísticas que o atravessam. Sendo assim, possível entende o texto como performance, não apenas como uma forma de análise conceitual, de uma unidade.

trabalho de História Intelectual. Lacapra traz à tona o olhar para as relações texto-contexto, expondo que o “texto” que diz respeito ao trabalho de análise do historiador intelectual são o que conhecemos como os cânones, as grandes obras da história do pensamento (literatura, política, filosofia, etc.). Na proposta de Lacapra, existem, pelo menos, seis formas de relação texto-contexto, que passam desde as relações das intenções e da vida do autor, até as relações dos modos de discurso e o texto.

Dessa forma, Lacapra fornece uma teoria que pode servir ao historiador intelectual como um “aparelhamento metodológico” para o seu trabalho.⁶ Em *Rethinking Intellectual History and Reading Texts*, primeiramente, nos informa qual é o lugar da história intelectual, “the concern I want to reanimate centers on the importance of reading and interpreting texts – the so called “great” texts of the Western tradition – and of formulating the problem of the relating these texts to various pertinent contexts” (LACAPRA, 1983, p. 25)⁷. Isso porque “for the historian, the very reconstruction of a ‘context’ or a ‘reality’ takes place on the basis of ‘textualized’ remainders of the past” (LACAPRA, 1983, p. 27).⁸ Isso significa que, para ele, todas as definições que compreendem a realidade estão comprometidas em processos textualizados. Sendo assim, a historiografia concede a possibilidade da reconstituição documentária, o seu diálogo com o passado. Quando o historiador norte-americano chama atenção para os aspectos documentários e de “ser-obra” do texto.⁹

O documentário e o ser-obra podem ter diversos graus e se relacionar de diversas formas. A obra se situa na história de um modo que as dimensões documentárias e o documento têm aspectos de ser-obra, fazendo com que a literatura, o discurso político ou filosófico, passem a ser tanto uma obra quanto um documento. É nessa relação que o historiador intelectual se torna apto para construir um diálogo entre o passado e o presente. *Porque me Ufano de Meu Paiz* (1901), de Celso, e *Assim Fallou Zaratustra* (1883), de

⁶Mesmo o próprio Lacapra reconhecendo o seu texto como algo mais teórico do que metodológico.

⁷A preocupação que quero centralmente reanimar é sobre a importância da leitura e da interpretação de textos - os chamados "grandes" textos da tradição ocidental - e de formular o problema destes textos em relação a vários contextos pertinentes [tradução livre].

⁸Para o historiador, a própria reconstrução de um ‘contexto’ ou uma ‘realidade’ decorre com base em relíquias ‘textualizadas’ do passado [tradução livre].

⁹Ideia proveniente de *A Origem da Obra de Arte* de Martin Heidegger. Constatativo – o enunciado descritivo que se mede segundo os critérios de verdade e falsidade em sua correspondência com os atos. Performativo – o fazer coisas com as palavras que gera uma troca no contexto situacional. O documentário situa o texto nas condições de dimensões fáticas ou literais que implicam a referência a realidade empírica e transmitem informação sobre ela. O ser-obra (“worklike”) complementa a realidade empírica adicionando ou suprimindo-a. Implica por tanto dimensões do texto não reduzíveis ao documentário, que incluem de maneira preponderante os papéis do compromisso, a interpretação e a imaginação. O *worklike* – ou o *fazer-artesanal* – é crítico e transformativo, serve para desconstruir e construir o que já está dado, trazendo ao mundo algo que não estava ainda claro. Uma forma de alteração ou transformação decorrente do processo de interpretação por parte do historiador intelectual. Já o documentário assinala uma diferença e o ser obra constitui uma diferença, que compromete ao leitor em uma diálogo recreativo com o texto e os problemas que ele levanta.

Nietzsche, por exemplo, têm tanto de aspectos de “ser-obra” quanto características de documento herdado do passado.

Lacapra sugere então seis formas de relação texto-contexto, as relações: *entre as intenções do autor e o texto; entre a vida do autor e o texto; da sociedade com os textos; da cultura com os textos; de um texto com o corpus de um escritor; entre os modos de discurso e os textos*, representantes, respectivamente das intenções, motivações, sociedade, cultura, o corpus textual e a estrutura textual. Essas relações nos possibilitam atuar com a reconstrução do passado pela forma de um diálogo, uma efetiva conversa com o tempo passado. “The reconstruction of the past is an important endeavor, and reliable documentation is a crucial component of any approach that claims to be historical” (LACAPRA, op. cit., p. 61).¹⁰ Alertando sempre, Lacapra diz que a dimensão documentária não deve distorcer nossas maneiras de entender a historiografia e o processo histórico, pois a descrição nunca é inteiramente pura. Basta dizer que a história intelectual possui uma visão mais “performativa” da leitura e da interpretação dos textos para alcançar um nível de entendimento e a linguagem dos textos. A interpretação dos textos é uma forma de intervenção política que coloca o historiador diante de um processo de criticidade relacionando o passado, o presente e o futuro por meio de modos complexos de interação que emaranham tanto continuidades quanto discontinuidades (LACAPRA, 1983).

O presente trabalho é guiado pela máxima de que o historiador intelectual, no seu intento de possuir uma compreensão mais clara da sua relação dialógica com o passado, deve tentar desviar-se dos dois extremos, do fetiche pelo documentário (sendo de certa forma, historicista) quanto pela libertação total da narrativa (gerando uma espécie de mitologização do passado). Está é, para Lacapra, a abertura prática da história intelectual, que se clarifica no modo em que o poder próprio do diálogo e da reflexão só é efetivo quando inclui o “rompimento” dos problemas existenciais que, para ele, têm características políticas e sociais, concomitantemente.

Por fim, com a compreensão de um projeto que segue pelo caminho da História Intelectual, entende-se que, mais radicalmente que na História do Discurso tramada por Pocock, há o dever de preocupar-se não apenas com a forma enunciação de linguagem pelos autores analisados, mas também com o contexto histórico em que esses autores estão inseridos, nos limites da cultura e da linguagem em que eles escrevem, formando uma cadeia de ideias opostas ou comuns, etc. Bem como compreender as leituras e discussões que foram

¹⁰A reconstrução do passado é um empreendimento importante, e a documentação confiável é um componente crucial de qualquer abordagem que afirma ser histórica [tradução livre].

elaboradas tendo como objeto o tempo e o trabalho dos mesmos. É preciso então ressaltar a necessidade de realizar uma análise prudente para não cair no abismo do contextualismo extremo, criando um ambiente onde texto e contexto se entrelaçam, excluindo a total dependência de se construir uma chamada História Social (LACAPRA, 1983).

No momento se em que segue, entraremos em um exemplo de “seleção” literária, o que significa fazer uma revisão do assunto disposto a esse trabalho. Selecionando assim, as análises mais próximas e mais relevantes com a pesquisa proposta. Para por fim, rebatê-la com o olhar crítico do historiador, que abrirá caminho para uma possível futura interpretação de caráter mais “empírico”.

Considerações literárias

Dentro da historiografia acerca do tema proposto por esta pesquisa, é possível constatar que existe uma relevante produção acadêmica, tratando, com as mais diversas abordagens, o período de transição do regime monárquico para o republicano no Brasil. Ao se fazer um levantamento a respeito de uma História do Discurso e do pensamento dos intelectuais do período estudado, foram aqui escolhidos, pela maior aproximação com a discussão na temática, as seguintes obras: *Estilo Tropical* (1991), de Roberto Ventura; *A Questão Nacional na Primeira República* (1990), de Lúcia Lippi Oliveira; *Os Subversivos da República* (1989), de Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Os três, possuindo abordagens relativamente diferentes, são capazes de fornecer competências suficientes para desenvolver um debate geral da revisão literária.

O “estilo tropical” abordado por Roberto Ventura, procura demonstrar no mundo cultural, literário e das ideias, o desenvolvimento da “Geração de 1870¹¹” no Brasil, perpassando desde a virada anti-romântica até o pré-modernismo. Um período correspondente, para o autor, ao da crise monárquica à desilusão liberal. Dentre os intelectuais pertencentes a referida geração estão: Araripe Jr., José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Silvio Romero. Dando o autor ênfase maior a Silvio Romero, grande expoente da crítica literária. O trabalho aborda alguns aspectos, aqui importantes, reconhecendo as principais correntes de

¹¹A Geração de 70 era formada por um conjunto de intelectuais oriundos principalmente das faculdades de Direito de Coimbra (em Portugal) e do Recife (no Brasil). Com a euforia intelectual das últimas décadas do século XIX atingindo toda a Europa Ocidental e suas [ex]colônias, jovens bacharéis como Joaquim Nabuco e Silvio Romero, engajaram-se em questões que repensavam as relações sociais de seus países, como o abolicionismo e o republicanismo.

pensamento do período, que atravessam desde a geração de 70 até o final da *belle epoque* no Brasil. São estes aspectos, o naturalismo e evolucionismo, abolição e república, Recife e Rio de Janeiro, IHGB e Academia Brasileira de Letras, o processo de modernização burguesa, o positivismo, o historicismo e o Estado forte.

Segundo Ventura:

A história literária, como um esboço ou síntese do desenvolvimento histórico de um povo, surgiu no século XIX, relacionada ao fortalecimento das línguas e dos Estados nacionais. Influenciados pelo historicismo, os filólogos conceberam a história literária como processo complexo, determinado por fatores extrínsecos e intrínsecos, e entraram em concorrência com os historiadores políticos, ao procurar mostrar a individualidade ‘ideal’ de uma nação por meio do encadeamento dos fatores literários (VENTURA, 1991, p. 164).

Para isso, ela aproximou métodos da história e das ciências naturais para adotar um certo objetivismo e cientificismo. Darwin, Spencer, Haeckel e Huxley eram lidos por historiadores e críticos no final do século. “Taine se baseou na concepção hegeliana de evolução, para inserir a evolução literária na história geral, concebida com comunidade organizada” (VENTURA, 1991, p. 164). História literária se tornou teleológica. Ventura compreende que a história literária brasileira esteve em busca do *ser nacional* do Brasil.

Já o trabalho de Lucia Lippi Oliveira passa a recorrer a questões de ordem mais política e ideológica da sociedade brasileira. Tratando assim, por meio de uma perspectiva da sociologia do conhecimento, como se formou o universo simbólico [de Geertz, 1978] que permitiu o Brasil se formar como uma nação através da formação da identidade coletiva da nacionalidade por meio de um sentimento de pertencimento. Nessa perspectiva, a autora usa da dicotomia entre a “parte interna da identidade”, formadora do si, e a “parte externa”, a da relação de diferença com o outro. Oliveira pretendeu “compreender como diferentes intelectuais brasileiros se ocuparam do tema da nação e da nacionalidade durante o período da constituição da República.” Período no qual revelou diálogos entre as diferentes interpretações, visando elaborar “uma história das versões sobre a nação no Brasil” (OLIVEIRA, 1990, p. 12). Sua investigação também remete a uma forma de construção identitária em sua base ontológica, com a finalidade de compreender, com o auxílio de Geertz e Bourdieu, “a procura das origens do ser humano, a busca de uma genealogia que situe o homem no espaço e no tempo fazem parte do universo simbólico de todos os povos, como nos mostra a universalidade das construções dos ‘mitos de origem’” (OLIVEIRA, 1990, p. 13).

A autora segue a ideia de *estilos de pensamento* de Karl Mannheim, na qual aceita que a existência da multiplicidade de estilos só aparece em situações históricas em que a discordância predomina. Significando que, no momento em que diferentes tradições se vêm

em conflito, esta é resultado de algum processo de mobilidade social. Acreditando assim, que foi principalmente devido a *mobilidade vertical* que as visões de mundo das pessoas se tornou cética. Para Mannheim, o papel do pensamento tem a ver com a conduta do ser humano em sua vida cotidiana, implicando juízos que refletem ideias de bem e de mal.

Oliveira deixa bem claro que a concepção de história tem grande importância para seu trabalho. É um “estudo da história narrada compreensivamente como um processo contínuo”, ou seja, possui compromisso com a ideia de filosofia da história, mais especificamente “de teor evolucionista e com a possibilidade de avaliar a congruência das perspectivas.” A obra é caracterizada com a finalidade máxima de “compreender e apresentar como diferentes intelectuais brasileiros se ocuparam com o tema da nação e da identidade nacional em tempos passados” (OLIVEIRA, 1990, p. 22). Isso se dando nos “momentos de crise que a questão nacional passa a englobar e sintetizar as demais, e o nacionalismo se transforma em um conceito inclusivo” (OLIVEIRA, 1990, 23).

Para exemplificar essas visões alcançadas, com o que mais nos diz respeito neste trabalho, colocamos aqui Eduardo Prado e Afonso Celso. O primeiro

via a República como a ruptura necessária com o passado português corporificado no regime monárquico. O ideal de rompimento com a presença lusa na vida sócio-econômica do país, ou seja, com o passado histórico, esteve presente nas vertentes republicanas radicais que tiveram um papel marcante na vida da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Nega as virtudes atribuídas ao republicanismo norte-americano e ao apresentar uma sofisticada defesa do regime monárquico, foi tomado como modelo da vertente conservadora do nacionalismo (OLIVEIRA, 1990, p. 23).

No segundo caso, quando a autora discorre sobre Afonso Celso, Oliveira alega que nos primeiros anos do século XX, Celso é entendido como o “fundador” do pensamento chamado ufanista, onde

a nacionalidade é pensada não como resultado dos regimes políticos mas sim como fruto das condições naturais da terra. A natureza prodigiosa e abençoada garantiria um futuro promissor para além e independentemente dos regimes políticos. O ufanismo – juntando às qualidades da terra os valores das três raças originárias – operava assim a paz dos espíritos prometendo dias melhores no futuro, já que a natureza dava fundamento a tais esperanças. (OLIVEIRA, 1990, p. 187).

Assim, sua pesquisa procurou apontar e compreender o conflito entre grupos e gerações de intelectuais portadores e construtores de diferentes visões sobre o que é ou deveria ser a nação.

Oliveira entende que “os intelectuais, independente da sua origem de classe, da sua formação bacharelesca ou especializada, mantiveram-se ocupados em “pensar” o Brasil e em propor caminhos para a salvação nacional.” Nesse sentido, “ao atuarem na construção de

consciências coletivas, os intelectuais consideram-se imbuídos de uma missão e procuraram difundir suas propostas mediando aspirações nacionais e políticas governamentais.” E foram os intelectuais “que procuraram criar um ideário nacional baseado em um culto a uma tradição passada ou trabalharam na construção de uma nova tradição” (OLIVEIRA, 1990, p. 187).

Grande parte do enfoque dado por Oliveira, em seu trabalho, diz respeito ao nacionalismo, elucidando duas formas de construção da nação. Um político, e outro, cultural. O primeiro francês, e o segundo, alemão. Primeiro, de Rousseau, o segundo, de Herder.

O mundo moderno comporta duas grandes avaliações sobre seu progresso. Uma delas o interpreta com a vitória da luz, do saber, do conhecimento e da verdade sobre as trevas, a superstição, a ignorância e o erro. A outra vê a história como um processo de declínio, de decadência moral do homem. Para a primeira a história do Ocidente significou um avanço da igualdade e da racionalidade. Para a segunda, as conseqüências do progresso foram muito pesadas, incluindo a anomia, a alienação. Rousseau compartilha destas duas interpretações: deseja o progresso, mas critica seu preço (OLIVEIRA, 1990, p. 35-36).

Na visão de Rousseau, a linguagem é necessária, mas construída pela civilização. Em Herder, a linguagem é algo fundamental e inerente, parte da cultura de um povo. Ambos repudiavam Thomas Hobbes, eles desconfiam do cosmopolitismo, onde as pessoas comuns constroem a nacionalidade. Eles acreditavam que o problema da sociedade está na ideia que cada um tem tanto de si quanto dos outros.

Esses ideais de nação chegaram até o século XIX convertendo-se em ideais extremamente românticos, querendo realizar o universal por intermédio do particular. Na filosofia da história construída por eles, “cada povo deve desvendar uma face da humanidade dar seu passo particular na marcha comum” (OLIVEIRA, 1990, p. 43).

É preciso lembrar que todas as formas de nacionalismo apelaram para a reconstrução histórica como forma de elaborar uma tradição. As idéias críticas, mesmo as que se situam numa perspectiva de recuperação do passado, têm uma aceitação maior quando se declaram contrárias ao *status quo* vigente (OLIVEIRA, 1990, p. 61).

Dessa forma, a construção de uma narrativa que implica uma filosofia da história. “Já o pensamento do final do século organizava uma nova abordagem do mundo, recusando-se a ver o homem como um ser livre e capaz de escolhas nacionais” (OLIVEIRA, 1990, p. 66). Isso colocava os sentimentos hierarquicamente a frente da vida racional da política, dando lugar a teorias como o antipositivismo, o anti-racionalismo, o racismo e o nacionalismo extremo.

A estrutura temática do nacionalismo e do cientificismo franceses se fizeram presentes no pensamento social brasileiro do final do século XIX e início do século XX. Com esta afirmação não queremos dizer que o pensamento brasileiro viveu da cópia das questões francesas; estas foram as fontes de inspiração, e a importação de idéias obedeceu aos critérios da adequação à realidade nacional (OLIVEIRA, 1990, p. 73).

Em terceiro lugar está Maria de Lourdes Mônaco Janotti, seu *Os subversivos da República* abrange especificamente o discurso monarquista brasileiro, desde 15 de novembro de 1889. Janotti aborda o discurso monarquista na sua totalidade, mesmo considerando que se tratar de um discurso proveniente de elites intelectuais do período. Ou seja, desde cartas, conspirações, discussões partidárias, obras canônicas, e para além. Fazendo, a todo instante uma história do discurso político mais próxima do político do que do próprio discurso. A história de uma “constante ameaça ao regime republicano” dos “chamados subversivos do regime, isto é, os monarquistas” (JANOTTI, 1986, p. 7).

A autora visa combater dois mitos que surgem na República, que visavam falsear um clima de paz nacional no momento em que seguiu a proclamação da República. O de que havia um “consenso nacional” de aceitação da nova forma de regime que se estava a estabelecer, e o da “indiferença da população”. Mitos esses, que disseminaram-se na história oficial da República, fazendo entender que não houve nem oposição ao novo regime e também, nenhum tipo de discordância interna entre os republicanos. Dessa forma, explicita a historiadora, no decorrer de seu texto, as diversas posições dentro dos grupos monarquistas que se formaram. Primeiramente formados por dois tipos de monarquistas, “o dos que achavam que a situação era reversível e o daqueles que aderiram à situação; restauradores de um lado e neo-republicanos de outro” (JANOTTI, 1986, p. 8). Para os republicanos, uns eram perigosos e outros oportunistas.

Dos principais porta-vozes do monarquismo estavam tanto integrantes da antiga aristocracia quanto pessoas que possuíam alguma ligação, econômica ou hereditária com o império decaído. A “exceção deve ser feita ao paulista Eduardo Prado, um dos principais sustentáculos do movimento, que não havia desfrutado de posições no Império e cuja fortuna familiar” que estava ligada à lavoura de café (JANOTTI, 1986, p. 10).

Janotti reconhece a existência de diferentes categorias de membros de grupos monarquistas, dividindo-os entre: afetivos, saudosistas, intelectuais e ativistas. Dentre eles, “os intelectuais, os sustentadores da propaganda, foram responsáveis por volumosa produção de panfletos, livros e artigos” (JANOTTI, 1986, p. 10).

Também divide o desenrolar do movimento durante o período em que sua obra analisa, alegando que o movimento foi de 15 de novembro de 1889 até o ano de 1910,

passando por diferentes “fases” de construção discursiva: “Os exilados do poder”, momento em que ainda existiam debates acerca da restauração (período da ditadura militar); “Os guerrilheiros da palavra”, a segunda fase, a fase de lutar, quando os monarquistas puderam se unir em um partido (governo de Prudente de Moraes); “Os militantes da esperança”, que surgiram no limiar da virada do século, depois do “terro republicano”, como alguns conspiradores novos e desmedidos, sem tradição no movimento; e por fim, os “Discursos Convergentes”, chamados assim por se assimilarem, já se aceitava não mais a República como apenas transitória, mas como uma etapa fatal na história nacional. Elencando algumas questões como merecedoras de reflexão acerca movimento monarquista no Brasil, espécies de justificativa para interpretar o discurso monarquista do período: declarando que se trata de uma história de insucessos, por isso tem uma memória bastante fragmentada. Ou seja, “foi intencionalmente ocultado o passado revolucionário do movimento, que assim acabou adquirindo um cunho exclusivamente intelectual de discordâncias de ideias” (JANOTTI, 1986, p. 12). Compreendendo a sua pesquisa o entendimento das mudanças de estratégias discursivas empregadas pelos monarquistas, sempre visando sua sobrevivência [como movimento], como também analisar o corpo doutrinário que estes produziram. Revelando no discurso dos monarquistas a importância “com o significado que possa ter o monarquismo para melhor entendimento da passagem do Império para a República” (JANOTTI, 1986, p. 13).

Construindo assim uma tentativa de “integrar a ação ao pensamento monarquista, bem como explicá-los mediante as diferentes situações conjunturais”, ela explica o desenvolvimento do pensamento monarquista através das crises políticas (JANOTTI, 1986, p. 259). Até a sua “queda”, quando perde lugar para o empoderamento da burguesia cafeicultora e para as novas relações capitalistas no período, gerando a impossibilidade de uma restauração.

O republicanismo figurava sempre como referência obrigatória para a construção de um discurso monarquista após o 15 de novembro. De todos os monarquistas do período, a maioria evitava tocar na ideia de um monarca ser alguém eleito por Deus, pois isso soaria contraditório ao pensamento racionalista vigente. Porém, ainda defendiam tanto a constituição quanto o poder moderador.

Para Janotti:

Se o corpo doutrinário tivesse consistência, a mística do trono, expressa na relação rei-pai-protetor, teria se manifestado com maior intensidade. Somente a figura de D. Pedro II, em parte, preenchia esses requisitos; daí, insistentemente, terem sido

divulgadas pelos monarquistas atitudes denotadas de competência, sabedoria, abnegação e caridade (JANOTTI, 1986, p. 262).

Uma quarta produção, devido a sua influência – tanto empírica quanto teórica - no presente trabalho, merece ser tratado nesta revisão inicial. Trata-se de *Discursos da Nação*, de Carlos Henrique Armani, onde, ao problematizar questão da identidade nacional, valeu-se da ideia de temporalidade, buscando uma compreensão ontológica da nação. Armani objetivou “investigar, a partir de um enfoque centrado na história das ideias, o tema da temporalidade e sua relação com a construção da ontologia identitária nacional em finais do século XIX” (ARMANI, 2010, p. 11).¹²

Significa dizer: articular o tema da identidade nacional com a problematização da temporalidade não somente em termos empíricos, mas também teórico-metodológicos, por meio da investigação daquilo que para o historiador das ideias, em termos de presença, se vela e se desvela: a linguagem (ARMANI, 2010, p. 12).

A temporalidade, posta em questão, versa acerca da pergunta pelo sentido do ser nacional “era premissa constitutiva fundamental do pensamento dos intelectuais brasileiros finisseculares, premissa que se desenvolveu, sobretudo, por meio da relação entre temporalidade e linguagem: pensamento que se fez discurso” (ARMANI, 2010, p. 13).

Armani reconhece a presença de questões de historicidade e de identidade nacional em intelectuais do período como: Eduardo Prado. Araripe Júnior, Joaquim Nabuco e Eça de Queiroz. Em seus discursos, estes intelectuais procuram encontrar o ser brasileiro em sua relação com seus *exteriores constitutivos*, noções que demarcam a alteridade do “ser” brasileiro, e também na ideia de *interior constitutivo*, ou seja, o Brasil republicano que constitui a identidade nacional se revelando um outro Brasil (ARMANI, 2010).¹³

Dentro da exposição do livro, o tema é o Brasil pensado como sujeito nacional e civilizacional, o Brasil da passagem da civilização monárquica brasileira para a república. O seu trabalho toca a temática da temporalidade para esses autores, o modo como se enxergam no período em que vivem, como enxergam o mundo ao seu redor, isto é “a representação de uma falta, a ausência feita presente através do rastro arquivístico como esforço de memória para construção de um conhecimento histórico.” Então “a historicidade, como estar-lançado no mundo da finitude era o fato comum daqueles autores” (ARMANI, 2010, p. 145).

¹²Apenas um critério metodológico.

¹³Exterior constitutivo e interior transitivo: os componentes identitários do Brasil e seus outros no pensamento de Eduardo Prado. Trabalhando o pensamento de Eduardo Prado como um intelectual da virada do século, Armani demonstra como seus discursos políticos tiveram por finalidade expor um “ser e um “não-ser” brasileiro com as ideias de exterior constitutivo e interior transitivo da nação brasileira em comparação com outras nações (EUA, Europa e América Latina).

Ao questionar “o que poderia estar presente, no problema da representação, senão a relação do humano com a temporalidade?” Armani responde:

Não apenas em sentido de cassação de todo o existir e de ser-para-a-morte – a agonia do devir que tudo transforma, ameaçando de destruição (e de desaparecimento) a nação, a cultura, a civilização, o passado feito tradição, a religião, o ser, o dever -, mas também de constante criação e recriação daqueles valores. É claro que todos esses entes estavam imbricados em uma grande cadeia relacional que teria como ser tudo que pudesse ser concebido como permanente, perene, ou em uma palavra, i-mortal porque não colocado no horizonte de constituição do ser enquanto temporalidade (ARMANI, 2010, p. 145).

Donde se partir: possibilidades

Após compreender o aparato teórico-metodológico da proposta, bem como as principais obras que debatem o tema, torna-se possível adentrar mais profundamente no entendimento das possibilidades de desenvolvimento desta pesquisa, sua pertinência, bem como sua posição com a historiografia.

Como nosso modo de pensar está sujeito às influências do presente, ou seja, da nossa própria historicidade, há a possibilidade do entendimento de um tema de mesmo recorte cronológico sob diferentes perspectivas, por exemplo. Dessa forma pode-se questionar se há relevância, no ponto de vista da História Intelectual, em analisar os textos de intelectuais da virada do século, buscando encontrar referências importantes sobre D. Pedro II, tendo como fator marcante da pesquisa a formação da identidade de Brasil e de um *ser* brasileiro. A partir do posicionamento teórico utilizado nessa pesquisa, a resposta é afirmativa, pois essa é a busca pela compreensão da formação de uma nação tendo como base a imagem atribuída a um período e a de um dos seus personagens mais importantes que foi símbolo da nacionalidade brasileira no século XIX. Bem como a abordagem se mostra relevante, quando nos debruçamos sobre as formas anteriores de produção de conhecimento histórico que versaram sobre essa temática.

Sendo assim, o presente trabalho diz respeito à tentativa de preenchimento de uma lacuna presente na historiografia, tendo em vista que os principais trabalhos que abordaram os discursos nesse período, inclusive os que abordaram especificamente o discurso ou os diálogos com o pensamento monarquista brasileiro, reconheceram a presença da aclamação da figura do imperador D. Pedro II - como o ápice da “civilização brasileira”, sendo a personificação do segundo reinado. Porém, mesmo com esse reconhecimento por parte da

historiografia, não foram, até então, realizadas pesquisas de forma aprofundada para compreender como se deu a construção desse discurso como uma narrativa nacional remetendo a uma filosofia da história. Isso, é claro, no que refere-se à historiografia, para além do caráter meramente biográfico¹⁴, tanto no período quanto posteriormente, que visavam e visam apresentar a personificação do império e suas grandezas com mais louvações para a figura do imperador, muitas destas, herdeiras da visão monarquista de *Fin-de-Siècle*.

A historiografia nacional tem incessantemente tratado, em diferentes abordagens, sobre o “período do oitocentos.”¹⁵ Em escala global apareceu uma questão de grande preocupação – e não apenas através da História Intelectual - sobre intelectuais desse período, por haverem, de certo modo, sido baluarte na construções dessas imagens coletivas que são as nações. Ou seja, a construção de uma identidade para fins de século XIX, e início do XX ganhou importância, pois algumas grandes nações ocidentais estavam em decadência, fato que gerou a imagem de um fim de século obscuro e cheio de dúvidas com relação ao devir da civilização ocidental.

Deve se asseverar que a historiografia que tratou do período não foi apenas a supracitada, porém, esta conta de maior relevância para o desempenho e a descoberta das lacunas impressas na história acerca desta temática e nesta abordagem. Janotti, em seu artigo *O Diálogo Convergente* (1998), faz um apanhado acerca do tratamento historiografia nacional referente a passagem do regime monárquico para o republicano. Janotti tenta estabelecer o diálogo possível entre as explicações políticas pelos testemunhos de época e as posturas historiográficas na passagem do Império para a República. A pergunta era sobre o que estava acontecendo, como uma instituição tão sólida pôde cair. Dentro desse debate, Janotti recorre a seis opiniões discursivas diferentes do período: dos militares, dos republicanos parlamentarista ou residencialistas, dos monarquistas, dos jacobinos, dos católicos e dos desiludidos.

Até hoje, quase a totalidade das “manifestações historiográficas” de divulgação e de caráter didático, importantes veículos para a consolidação de uma memória nacional, tendeu a valorizar somente o discurso elaborado pelos grupos políticos republicanos civis, destacadamente os cafeicultores paulistas (JANOTTI, 1998, p. 125).

A visão de que a República iniciou em clima de paz começou a ser construída pelos intelectuais da época, os próprios republicanos, estavam a travar lutas discursivas pelo poder. Essa ideia continuou sendo reforçada até a década de 20.

¹⁴Não desmerecendo, neste momento, a intensa produção biográfica sobre o personagem de D. Pedro II.

¹⁵Termo dado ao século XIX. Na história do pensamento, o “período do oitocentos” deu origem à diversas correntes muito emblemáticas como a psicologia-psicanálise, o marxismo e o positivismo científico.

Aceitando essa ideia, nos vemos levados a recusar a proposição de John Pocock de que, para que um campo de reflexão seja propício para se estudar uma história dos discursos é indicada a presença do, por ele conceituado, estado das artes¹⁶ (precedido por um estado liberal). Esquecendo-se assim, o historiador, de muitos casos na história, onde a aparição de regimes totalitários levou à proliferação de discursos violentamente opostos, e não necessariamente totalmente reprimidos que iam a desaparecer dos olhos do investigador histórico do futuro.¹⁷

Nesse ponto podemos receber muito bem a ideia de Ventura, de que:

a desilusão republicana, a crítica ao liberalismo e o questionamento do naturalismo trouxeram à tona dois projetos políticos opostos: sociedade burguesa ou ordenação socialista. Em meio a ambos, esboçou-se uma terceira via, representada pelo pensamento autoritário. Esse dilema político marcou a prática e o pensamento brasileiro contemporâneo e introduziu uma cunha no presente: o intelectual percebe, a partir daí, o conflito não só entre a sua geração e a precedente, como no interior de sua época entre concepções estéticas, políticas, científicas ou filosóficas opostas (VENTURA, 1991, p. 160).

Cada uma das três primeiras obras abordadas no item anterior possui relevâncias e complementação para o trabalho realizado nesta pesquisa. Estamos aqui, em primeiro lugar, a compreender a contribuição proveniente de Roberto Ventura ao se referir ao período brasileiro do *Fin-de-Siècle* como a época dos “polemistas irados” e “bacharéis em luta”. Polemistas que, no fim do século XIX escreviam “um número infindável de artigos e contra-artigos, de réplicas e trélicas”, sempre atacando de forma pessoal com superioridade o seu oponente (VENTURA, 1991, p. 79).

O autor, porém, aceita uma ideia de dicotomia entre o Brasil e a Europa na construção do chamado estilo tropical. Pondo o Brasil de um lado, como receptor de ideias e a Europa de outro, como a exportadora, enfatizando “os fenômenos de apropriação e subversão dessas matrizes [europeias] na cultura brasileira, de modo a resgatar a sua diferença e originalidade” (VENTURA, 1991, p. 12). Para ele, tanto a literatura quanto a cultura nacional sofreram transformações durante a “segunda metade do século XIX com a recepção de modelos europeus, como a história natural e a etnologia, que forneceram instrumentos para a

¹⁶A sociedade que passa a ser construída sob novos modos de raciocínio, forjados com dificuldade, diante da presença de paradigmas em contraposição. “Escrever a história dessa maneira é ideologicamente liberal, o historiador também pode admitir isso. Ele está pressupondo uma sociedade em que um indivíduo pode fazer uma enunciação, e outro pode enunciar uma réplica, efetuada de um ponto de vista que não é o mesmo do primeiro autor. Houve, e há, sociedades em que essa condição é satisfeita em vários graus, e essas são as sociedades nas quais o discurso tem uma história.” Ver POCOOCK, 2003, p. 62.

¹⁷ Além do caso do advento da ditadura militar no Brasil em 1889 podemos citar o caso da URSS, que em 1923 enviou para exílio um grande número de intelectuais a pedido de Trotsky. Este evento tanto como a ditadura no Brasil não silenciou os discursos de oposição, gerando por sua vez, novas oposições as ditaduras. Para compreender este exemplo ver CHAMBERLAIN, 2008.

interpretação da *natureza tropical* e das *raças e culturas brasileiras*” (VENTURA, 1991, p. 12). E foi esta construção dicotômica da cultura que fez desembocar na visão da inferioridade dos povos não brancos no Brasil do século XIX. A “influência exagerada” era o nome de uma quarta premissa adicionada aos determinantes da formação história das sociedades de Hypollite Tayne -, era utilizada para explicar a formação do Brasil.¹⁸

No caso de Lúcia Lippi de Oliveira, quando se refere à construção nacional do Brasil dentro de debates intelectuais, a autora tenta retomar as questões que permeavam as origens da nação brasileira, mantendo-se na mesma linha de Ventura, onde a história nacional se confunde com a história da literatura e representaria a autoconsciência dos intelectuais da geração de 70 acerca do que era o Brasil. Para ela, os “mosqueteiros-intelectuais”, estavam a “ornamentar” o seu lugar no pensamento nacional, bem como o lugar do Brasil no pensamento mundial (OLIVEIRA, 1990, p. 79).

Dentre as principais interpretações do Brasil, a autora chama atenção para as formuladas por alguns intelectuais, que usando frequentemente, da filosofia da história para legitimar suas visões sobre o Brasil. Nesta linha, encontravam-se intelectuais como Afonso Celso – principal porta-vos do ufanismo, uma espécie de versão otimista da nação brasileira. Os ufanistas condenavam:

a presença e a atuação dos militares no novo governo. A face militarista do regime republicano recebia críticas ferrenhas de Eduardo Prado, de Afonso Celso e mesmo de figuras como Joaquim Nabuco, que entre outras coisas acusava a Constituição brasileira de 1891 de ser uma cópia da Constituição americana (OLIVEIRA, 1990, p. 103).

O ufanismo foi uma vertente de patriotismo do início do século XX onde o:

filho do visconde de Ouro Preto (último presidente do Conselho de Ministros do Império), Afonso Celso foi conde papal e diretor do Instituto Histórico e Geográfico, Pertenceu a um grupo de intelectuais - do qual também participou Eduardo Prado - que pretendeu no início da República reabilitar o passado nacional, defendendo a excelência da raça portuguesa e do catolicismo na colonização brasileira. Suas interpretações contrariavam aqueles que viam no Brasil as confirmações das teses de inferioridade racial, assim como aqueles que acusavam o português de responsável pelo atraso brasileiro (OLIVEIRA, 1990, p. 131).

Oliveira, bem como a historiografia sobre o tema ao longo do tempo, reconhece nos discursos, o “Império, identificado com a figura erudita de Pedro II, amigo das artes e da

¹⁸ Essa quarta premissa, se soma aos outros três determinantes escolhidos por Tayne: o nacionalismo, a questão etnológica, o evolucionismo, o determinismo e o positivismo.

ciência, representava a estabilidade desejada, contrastando com os golpes e com o caudilhismo que ameaçavam as repúblicas latino-americanas” (OLIVEIRA, 1990, p. 191).¹⁹

A expressão temporal usada por Oliveira é a de *Belle Époque*, que se refere ao anti-iluminismo burguês do final do século XIX que procurava libertar a arquitetura e as artes nacionais de Portugal, trazendo uma fundação de poder mais cosmopolita e francês. Ou seja, caracterizando o período mais como a humanista e cosmopolita *Belle Époque* do que como o decadente *Fin-de-Siècle*, aquele momento obscurecido pelas incertezas do devir. O pessimismo só vem à tona quando se trata de uma outra corrente discursiva, que ainda constatado na historiografia, se deu após a proclamação da República. Segundo Oliveira:

a intelectualidade brasileira do final do século XIX, atualizada com o mundo europeu e que acompanhou a mudança do regime, compartilhava de um outro pessimismo mais forte, que deixou marcas profundas no pensamento brasileiro. Era o questionamento sobre o destino do país, construído sobre uma doutrina que postula as diferenças raciais. Era o evolucionismo, que se assentava sobre a desigualdade das raças, o mal da miscigenação e a superioridade do branco (OLIVEIRA, 1990, p. 191).

Oliveira reconhece então, a filosofia da história como parte da formação do pensamento que leva a uma narrativa da nação brasileira, aceitando a historicidade como um elemento chave para a formação discursiva no período. O mais pertinente exemplo que podemos ressaltar aqui provém de sua análise da obra *Por que me ufano de meu país*:

Segundo Afonso Celso, existem ainda dois motivos da nossa superioridade que estão relacionados com a excelência dos elementos que entraram na formação do tipo e na constituição do caráter nacional. O índio, o negro e o português têm suas qualidades ressaltadas. A hospitalidade do índio, a resignação, a coragem e a laboriosidade do negro, o amor ao trabalho e a filantropia do português marcam a origem humilde da nossa gente. Os cruzamentos dessas raças produziram o mestiço, com seu espírito de energia, coragem, força e resistência. A tenacidade e a bravura do mestiço foram comprovadas em Canudos, "onde, poucos e mal-armados, fizeram frente a poderoso exército" Para Afonso Celso, o último motivo da superioridade brasileira é a sua história, pois "o nosso regime colonial foi mais suave que o de quase todos os povos americanos" (p. 123). Os episódios da vida nacional que "merecem celebração épica, pois são gloriosos como os da humanidade" (p. 128), são o trabalho de catequese dos jesuítas, a epopéia dos bandeirantes, a expulsão dos holandeses, a Guerra dos Palmares e a Retirada da Laguna. Devemos lembrar ainda, frisa o autor, que a abolição da escravidão, "a maldita instituição", foi mais suave e humanitária no Brasil, do que nos Estados Unidos. Aqui a emancipação se processou de forma progressiva, e após a Abolição "incorporam-se os ex-escravos à população, em perfeito pé de igualdade" (p. 187). Lá, os homens de cor são segregados (OLIVEIRA, 1990, p. 130).

Nesse ponto, há uma discordância em relação à Ventura, quando esse afirma que o discurso que formulava a história da literatura no Brasil em certo momento do século XIX era

¹⁹Para a autora, a *Belle Époque* iniciou no Brasil em 1904, proveniente da inauguração da Av. Central, no Rio de Janeiro.

a-histórico e também com o discurso de Janotti, quando esta conclui que o discurso monarquista brasileiro era anti-histórico. Para chegar a este raciocínio, Janotti contempla um passado ideal, normatizando como ele deveria ter procedido para se configurar como um discurso válido.

Vemos como Janotti a esse respeito, denota que, em Afonso Celso, é que mais se nota a redução do indivíduo ao sistema. Declarando que “para o autor, todos os membros do corpo legislativo do Império eram dignos, preparados e brilhantes, todos os chefes dos Gabinetes eram ímpecáveis e de elevado tirocínio político” (JANOTTI, 1986, p. 213). Com isto “quer dizer que todos eram iguais e ninguém se distinguia. E a virtude recaída, naturalmente, no sistema que permitia a melhor seleção e escolha dos homens públicos.” Já, no que refere “ao sujeito histórico o discurso monarquista se renovou, o mesmo não se dá quanto aos princípios que orientam a análise comparativa que empreende do Império e da República.” Continuando assim, “a ser, basicamente, uma análise dicotômica e ética, realizando uma confrontação inesgotável entre o bem e o mal.” E “sem dúvida, a forma de apresentar esse antagonismo foi alterada” quanto se faz uma substituição das “costumeiras exposições de princípios pelos empreendimentos concretos dos dois regimes – e, com grande vantagem para maior abrangência do discurso monarquista.” Segundo a autora, “o Império é representado como uma unidade temporal, material e moral. Algumas vezes o discurso remonta a 1808, outras vezes ao reinado de D. Pedro I e à Regência; mas, sempre se centralizando no II Reinado”, procurando “demonstrar a continuidade dos progressos materiais, e sem que conflagrações graves tivessem desviado, em oitenta e um anos, os governos monárquicos do seu grande objetivo:” que significou “tornar o Brasil a maior potência da América do Sul e reconhecendo, entre as nações européias, como país civilizado e distinto das republiquetas do Continente”(JANOTTI, 1986, p. 213).

E Janotti segue:

A ideia de ser o Império uma exceção, dentro da instabilidade dos demais governos da América Latina, é mais vigorosa do que se pode à primeira vista conceber. O Império oferecia à suas elites a ilusão de que o Brasil era mais civilizado, organizado e progressista do que realmente era. A realidade da violência social, do atraso econômico e do ruralismo primitivo era obliterada pela Corte de modelo burguês, pelo Parlamento de modelo inglês e pelo relativo cosmopolitismo da cidade do Rio de Janeiro. E os golpes e conflitos militares, que se sucederam no início da República, haviam revelado o mundo e à antiga classe dominante uma realidade que desejava esconder.

Devido a todas essas razões, pode-se afirmar que o discurso monarquista é praticamente anti-histórico, pois elimina as diferenças entre os três períodos do Império; escamoteia as divergências políticas ou dá-lhes pequena importância; não alude aos problemas sociais; refere-se à escravidão somente no momento da sua abolição, para enaltecer o governo – tudo uniformizando no sentido de obscurecer as

contradições. Reconhece que o Império teve muitas dificuldades; mas todas com o tempo iam sendo solucionadas – sem pressa e com ótimos resultados – e assim continuaria, se fossem realizadas as reformas preconizadas pelo último gabinete” (JANOTTI, 1986, p. 213).

Não pode-se deixar de encontrar, dentro dos textos analisados, quanto na própria revisão da literatura – na qual Janotti está incluída –, a menção pelo discurso monarquista a um passado, em contraposição a um presente, com uma expectativa de futuro. O que não mais seria essa relação do que uma constatação de temporalidade se não um apelo à história?

A perspectiva em que nossa pesquisa se dispõe a ser realizada contraria a ideias que colocam os discursos monarquistas destes intelectuais brasileiros do *Fin-de-Siècle* como ahistóricos ou anti-históricos. Pode ter havido, de alguma forma, nessas narrativas, alguma perda das características fenomenais de eventos do passado, bem como de algumas individualidades dos “grandes homens” da História do Brasil, devido à seleção que se emprega ao intentar narrar a *história universal*. Porém, é demasiado exagerado afirmar a sua total supressão. Principalmente quando se constata a importância de alguns eventos do Segundo Reinado, bem como das características individuais de D. Pedro II, como um indivíduo *mor* na história da nação brasileira. Além do mais, ainda que houvesse a real construção de um discurso que faz subsumir o indivíduo perante o Estado, reduzindo-o a uma não-significância de sua “individualidade”, não denotaria mesmo assim ideias de anti-históricas. Muito pelo contrário. Não é anti-histórico, e sim, pode ser considerado duplamente histórico. Pela construção de um passado em contraposição a um presente e um futuro incerto, bem como pelo caráter de eternidade presente na homogeneidade do passado nacional, e se referindo, dessa forma, a mais de uma concepção de temporalidade.

Não se deve, no ofício do historiador, buscar um padrão ideal do que os agentes do passado queriam ou deveriam escrever em seus discursos. Aí, pode se citar, a mescla da história do discurso intencionalista e contextualista de John Pocock.

O historiador, convidado a examinar um texto, ou um grupo de textos, como um corpo único de argumentações, irá perguntar por meio de que atos, efetuados em que momentos e em que contextos, o texto foi animado ou dotado da unidade que lhe é atribuída (POCOCK, 2003, p. 50).

Do mesmo modo, Pocock adverte que:

a história do discurso não é uma história modernista da consciência organizada em torno de pólos como repressão e libertação, solidão e comunidade, falsa consciência e natureza da espécie. [...] Ela olha para um mundo em que quem fala pode modelar seu próprio discurso, e sua enunciação não pode determinar totalmente a resposta. O mundo do historiador é habitado por agentes responsáveis, mesmo quando eles são corruptos ou paranóicos, e o historiador toma distância deles como seus iguais,

distinguindo a narração sobre as ações deles da *performance* dele próprio (POCOCK, 2003, 61).

Assim, a presente pesquisa segue uma esteira mais recente de pesquisas sobre o discurso intelectual do Brasil do período estudado, onde está o trabalho supracitado de Carlos Henrique Armani, *Discursos da Nação* (2002).

Armani revela uma pesquisa que se intenta a encontrar o *ser perdido* dos intelectuais brasileiros finisseculares, intelectuais que “pareciam carregar uma enorme dúvida acerca de toda a realidade” (ARMANI, 2010, p. 36). Assim como Oliveira, aceita o discurso nacional como sendo permeado por uma noção de filosofia da história. Isso, sustentado pela ideia de temporalidade, onde as fronteiras entre o exterior e o interior, entre o ser e o devir, entre o transitivo e o constitutivo estavam todas inter-relacionadas a esse ser-nação que autor pretendia sustentar: o Brasil” (ARMANI, 2010, p. 106).

No seu trabalho, Armani ressalta a importância do Brasil Império como interior constitutivo no pensamento de autores monarquistas, ou seja, por meio dos outros discursos de alteridade, se configura um Brasil. O Brasil que ele mesmo é, ou seja, a civilização brasileira em seu ser é o Império. Para isso, se buscam na história imperial, as qualidades da nação, que não são exteriores ou transitivos, sendo parte da “trajetória unívoca da história do Brasil”, com ideias de perenidade, totalidade e estabilidade (ARMANI, 2010, p. 123).

O Brasil não teria sido militarista durante o império; pelo contrário. Não nos esqueçamos que, para autores que encabeçaram o pensamento monárquico, o militarismo na América Latina era o equivalente político da fragmentação e da ação bélica, não para a defesa do território contra inimigos externos, mas sim contra os seus próprios patrícios. Dom Pedro II, ao contrário, era uma espécie de consubstanciação dos ideais de política e cultura, ou do cultivo do intelecto como ilustração para o desenvolvimento da política. Sua índole supostamente pacífica seria uma identidade com o povo que, a exemplo de seu representante máximo, também seria avesso às coisas militares. Por essa razão, haveria sempre uma disjunção entre os interesses do povo e do regime republicano (ARMANI, 2010, p. 128).

Também, trata sobre as diferentes formas de identidades que são encontradas dentro do Brasil Imperial: a identidade religiosa, a identidade da miscigenação, a identidade da natureza e da história do Brasil.

Por fim, Armani sugere que:

alguns hiatos foram encontrados ao longo da construção do livro, os quais demandariam uma nova problematização e um novo livro. Podemos afirmar que há uma necessidade de ampliarmos os estudos que evoquem as relações entre tempo e identidade nacional no pensamento brasileiro de fins do século XIX. A importância da ampliação desses estudos e dos intelectuais neles englobados também pode vir a contribuir para a construção de uma outra memória do pensamento nacional finissecular (ARMANI, 2010, p. 146).

Ou seja, nos deparamos com uma pesquisa que se faz inteiramente pertinente, tanto no quesito empírico, quanto no teórico. Nesse caso, as formas de conceber a ideia de intelectuais como Afonso Celso então, se colocando em um momento histórico inóspito, podem aqui ser revistas como fazendo parte de uma filosofia da história, que por sua vez é a história de um discurso sobre a questão da nacionalidade de *Fin-de-Siècle* no Brasil.

Considerações finais

Com a abordagem teórico-metodológica proposta pela História Intelectual, se faz possível compreender as relações de certos textos com seus contextos. O contexto conturbação política que marcou pelo menos as três primeiras décadas da história nacional do Brasil serve como um ótimo exemplo para esse tipo de análise.

Também, a forma dicotômica de pensar o mundo intelectual por Brasil-Europa (seja ela apenas de exportação, de importação, ou comutativa de ideias) é desconsiderada. Aceitamos que, tanto dentro das interações intelectuais quanto da própria formação comum - em um contexto maior -, o Brasil faz parte de um desdobramento histórico do que conhecemos por Ocidente, sendo assim, parte do próprio Ocidente em si.²⁰

Na miríade de intelectuais pertencentes ao final do século XIX e início do século XX, Afonso Celso, Oliveira Lima, e Joaquim Nabuco, podem servir como grandes baluartes para a compreensão de muitas das questões que permeiam a história das ideias políticas e culturais do Brasil em uma perspectiva monarquista. Suas obras merecem ainda, ser objeto de diversas e refinadas análises conduzidas por historiadores, onde pode ser encontrada a busca por um *ser* nacional do Brasil.

Além do mais, esse contexto de possibilidades de pesquisa não ficaria reduzido apenas aos monarquistas. Importantes análises ainda estão à espera de ser efetuadas sobre os diversos intelectuais republicanos do Brasil e da América Latina do *Fin-de-Siècle*. Pois muitos deles, faziam parte, de uma forma ou de outra, desse contexto. Isso tudo possibilita ao historiador um rico contato com um passado nacional que se apresenta como o passado do desenvolvimento de discursos sobre as nações.

²⁰ Para maior compreensão desta crítica, ver: *O Brasil e a ideia de América Latina* de Leslie Bethell.

Referências

- ARMANI, Carlos Henrique. *Discursos da Nação: historicidade e identidade nacional no Brasil em fins do século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- _____. Exterior constitutivo e interior transitivo os comportamentos identitários do Brasil e seus outros no pensamento de Eduardo Prado. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXI, n. 1, p. 167-180, junho 2005.
- _____. *História intelectual e redes contextuais*. In: Revista Anos 90. Porto Alegre, v. 20, p. 137-150, jul. 2013.
- BAUMER, Franklin L. *O Pensamento Europeu Moderno Volume I: Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: edições 70, 1977.
- _____. *O Pensamento Europeu Moderno Volume II: Séculos IX e XX*. Lisboa: edições 70, 1977.
- BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 22, p. 289-321, julho-dezembro de 2009.
- CELSO, Affonso. *Aos monarchistas*. Rio de Janeiro: Domingo de Magalhães Editor, 1895.
- _____. *Contradictas Monarchicas*. Rio de Janeiro: Domingo de Magalhães Livreiro Editor, 1898.
- _____. *Porque me ufano de meu paiz*. Rio de Janeiro: LAMMERT de C. Editores, 1901.
- CHAMBERLAIN, Lesley. *A Guerra Particular de Lênin*. São Paulo: Editorial RGC, 2008.
- HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margareth. GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (Orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: UNICAMP, 2000.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O Diálogo Convergente: políticos e historiadores no início da república. IN: FREITAS, Marcos Cozar de. (Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo/Bragança Paulista: Contexto/ Ed. Da USF, 1998. P. 119-143.
- _____. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LACAPRA, Dominick. Rethinking Intellectual History and Reading Texts. In: LACAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history: texts, contexts, languages*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- LIMA, Manuel de Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000 [1911].

NABUCO de Araujo, Joaquim. *Agradecimento aos pernambucanos*. Segunda Edição. Londres: Abraham Kingdon & Newnham Impressores, 1891.

_____. *Diários 1873-1910*. Editora Bem-Te-Vi, 2ª Edição, 2006.

_____. *Porque continuo a ser monarchista: carta ao diario do commercio*. Londres: Abrahan Kingdom & Newnham Impressores, 1890.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Ed. USP, 2003.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. 6ª Edição. São Paulo: Alfa-Omega, 2005.

_____. *Fastos da Dictaruta Militar no Brazil*. Coimbra: Revista de Portugal. Dezembro de 1889 a junho de 1890, 1890.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras: 1991.